



PARECER PRÉVIO Nº 156/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11785/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** José Maria Rodrigues da Rocha Junior (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933 e Rodrigo Mendes Lasmar – OAB/AM 12480
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 549/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das Contas Sr. José Maria Rodrigues da Rocha Junior**, responsável pela Prefeitura Municipal de Juruá, exercício 2018.

- 11- **Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 26 de Setembro de 2023
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



PARECER PRÉVIO Nº 156/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral



ACÓRDÃO Nº 156/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 156/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11785/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Juruá.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** José Maria Rodrigues da Rocha Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851, Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933 e Rodrigo Mendes Lasmar – OAB/AM 12480
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 549/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Juruá. Exercício de 2018.

Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Determinar** à Câmara Municipal de Juruá que promova, no prazo descrito no art. 127, § 5º, da Constituição Estadual, o julgamento das Contas do **Sr. José Maria Rodrigues da Rocha Júnior**;
- 10.2. **Determinar**, consoante regra da Portaria n. 152/2021-GP, aos setores competentes a autuação de apenas um processo de fiscalização de atos de gestão, para julgamento dos achados n. 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.18, 2.19, 2.20, 2.21, 2.22, 2.23, 2.24, 2.25, 2.27, 2.29 e 2.30 do Relatório Conclusivo n. 296/2022-DICAMI e dos achados levantados pela CI-DICOP (Relatório Conclusivo n. 61/2020-DICOP);
- 10.3. **Determinar** à Prefeitura Municipal de Juruá que obedeça aos comandos previstos nos itens 3.1, “b”, 3.2 e 3.4 da fundamentação desta proposta de voto;
- 10.4. **Dar ciência** do desfecho dos autos aos **Srs. Alex de Souza Serrão**,



ACÓRDÃO Nº 156/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 156/2023 – TCE – Tribunal Pleno)

Eudimar Bezerra Braga, João Paulo da Conceição Saraiva de Moura e José Maria Rodrigues da Rocha Junior, à Câmara Municipal de Juruá e à Prefeitura Municipal de Juruá.

- 11- **Ata:** 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 26 de Setembro de 2023
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-Não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 13.1. **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dr. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral